

PANORAMA GERAL

A conjuntura econômica dos meses recentes trouxe algumas novidades alentadoras, a despeito das cada vez mais elevadas taxas de inflação que angustiam a maior parte da sociedade. Um dos seus aspectos mais positivos concretiza-se na confirmação do grande vigor que o País vem demonstrando em suas relações comerciais com o resto do mundo. Sem dúvidas, esse fato encontra explicação no próprio período de recessão que teve início em meados de 1987 e passou a direcionar as vendas para o Exterior e frear as importações. Também têm contribuído para os expressivos superávits alcançados uma grande safra agrícola e a significativa recuperação dos preços das "commodities" no mercado internacional. Todavia o crescimento das exportações dos produtos industrializados e sua grande participação na pauta das vendas externas, cerca de 70% destas, têm como primeira razão de ser o grau de desenvolvimento da estrutura produtiva nacional. É claro que somente a recessão não seria capaz de estabelecer o crescimento dos superávits comerciais. Veja-se, como exemplo, a realidade de inúmeros outros países submetidos, como o Brasil, a políticas de estabilização como objetivo de atender aos serviços da dívida externa, no que não obtiveram sucesso. É fundamentalmente a competitividade da produção nacional, e não apenas a recessão, que permite avançar as vendas no comércio internacional. Para este ano, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) já prevê um superávit comercial da ordem de US\$ 18,0 bilhões. A confirmação dessa e de outras estimativas referentes às transações correntes do País apontam para um processo de franca recuperação das reservas externas. Cabe o registro de que a contribuição dos financiamentos externos nesse sentido é, segundo as estimativas, virtualmente nula. No conceito de caixa, as reservas deverão situar-se, ao final do ano, em torno do nível de US\$ 8,0 bilhões. Assim, desanuvia-se pelo menos um importante fator de geração de incertezas quanto ao futuro imediatamente à frente.

Por outro lado, os indicadores de crescimento da produção industrial, que de junho de 1987 a maio deste ano apontavam tendência depressiva, passaram a sugerir uma provável inflexão de sentido. Assim, as taxas mensais de crescimento da produção da indústria, que tomam por base igual mês do ano anterior, tornaram-se levemente positivas nos meses de junho e julho, com percentuais de crescimento em torno de 1,5%. É claro que, na consideração dessa taxa, deve ser lembrado que sua base de cálculo, o volume da produção dos meses de junho e julho de 1987, foi bastante baixa. Entretanto o crescimento da produção da indústria no mês de agosto apresentou uma taxa de 7,2%, grandeza expressiva que, seguindo a modesta retomada dos dois meses anteriores, suscita certo otimismo.

De que razões é feito o otimismo que ora é manifestado?

Em primeiro lugar, deve ser dito que a aparente retomada do crescimento da produção industrial indica que o setor atravessou, sem inadiplências generalizadas, um período de extremas instabilidades, no qual a crise cambial, o acirramento do processo inflacionário, a ele-

vação das taxas de juros e a diminuição dos gastos do Governo compunham um quadro que sustentava fundamentadas apreensões. Caso essa expectativa se confirme, tem extrema importância por vários motivos. Primeiro, porque a quebra de um número significativo de empresas ocorre normalmente ao longo das fases depressivas, como um processo de depurações das estruturas produtivas e elemento de recomposição da taxa de lucro da economia, de forma a constituir-se em fator necessário para a superação das crises. Segundo, porque a falência massiva de firmas é uma possibilidade que, na atualidade, não teria a oferecer, como consequência, qualquer aspecto positivo. Isso pelo simples fato de que a crise brasileira deixou de ser uma crise econômica do tipo clássico, vale dizer, uma crise cuja determinação seria um excesso de capacidade produtiva instalada em relação à demanda. Os elevados níveis apresentados pelos indicadores de ocupação da capacidade produtiva dos últimos anos evidenciam esse fato. Como se disse, a retomada do crescimento da produção industrial de junho a agosto sugere o afastamento da possibilidade de inadimplências generalizadas e a superação do momento mais delicado para a preservação das empresas. Além disso, de igual importância é a perspectiva que aponta para a aplicação do volume de emprego ofertado aos trabalhadores. Em suma, a despeito das taxas explosivas de inflação, no curto prazo permaneceremos alegremente vivos.

Ainda sobre a conjuntura dos últimos meses, cabe destacar que a expansão das exportações vem ocorrendo como o provável mais importante fator de sustentação da atividade econômica. De um lado, o mercado externo tem se colocado como alternativa para a venda de produtos industrializados, dando certa sustentação e mesmo impulso ao nível de geração de produto, de renda e de emprego. Também um mais elevado nível de renda auferido pela agropecuária, em decorrência do bom volume e preços que suas exportações vêm apresentando, pode estar contribuindo para a manutenção do nível de atividade da indústria, dado o maior poder de compra que provavelmente vem propiciando para aquele setor produtivo. Há de se considerar ainda, como fator de sustentação da atividade industrial, certa manutenção do poder aquisitivo dos salários. A despeito de a URP repor de forma incompleta os salários corroídos pelo processo inflacionário, muitas categorias vêm podendo defender a reposição integral e mesmo a elevação da remuneração do seu trabalho pela via das pressões sindicais. É nessa direção que apontam os indicadores de remuneração média real do trabalho do IBGE para o período transcorrido desde maio de 1987. Outrossim é necessário lembrar as lições do Professor Ignácio Rangel, que assinalou que a preferência por ativos reais se consolida face a um processo de perda de valor dos outros tipos de ativos nomeadamente monetários e financeiros. No caso de uma economia "otenizada" como a brasileira na atualidade, a desconfiança, justificada ou não, de que detentores de valores aplicados financeiramente estariam na iminência de sofrer algum tipo de perda poderia estar agindo como fator de dinamização da demanda e da produção, a despeito da vontade governamental. Cabe admitir que, de qualquer forma, a reação da atividade industrial, por ser excessivamente recente, ficamerecendo uma apreciação mais rigorosa e menos calcada em hipóteses e especulações.

A hipótese razoável de se estar frente a uma retomada dos níveis de produção não implica, entretanto, maior otimismo quanto às possibi-

lidades de se ver deslanchar uma fase de crescimento econômico sustentado. Essa questão, referente às perspectivas de longo prazo da economia, continua colocada para os fazedores da política econômica e para a sociedade. Já se tornou um estribilho necessário explicar a natureza central desse problema, principalmente com o estrangulamento financeiro externo de que padece a economia e com as dificuldades financeiras do Estado. No momento, só cabe repetir que esses dois aspectos do problema estão, em grande parte, fortemente interligados, já que o ônus maior do pagamento dos serviços da dívida externa recai sobre o Estado, que é responsável pela maior parcela dos débitos. Essa vinculação vem submetendo as possibilidades de sucesso da política antiinflacionária e restringe a capacidade de ação da política econômica. No mesmo sentido age com grande intensidade a imensa massa da dívida pública federal. Além disso, a forma como o Governo vem buscando a estabilidade da economia em sua "frente externa", a partir dos parâmetros fixados pelo acordo com os credores internacionais, agudiza as dificuldades referidas. Como consequência, o Estado, que deveria induzir a economia ao caminho da superação da crise, permanece, ele mesmo, envolvido numa teia de impossibilidades que o respeito a interesses que têm se mostrando permanentes não permite cortar. Disso resulta uma paralisação da ampliação da capacidade produtiva da economia como um todo. A não retomada dos investimentos estatais lança a perspectiva de estrangulamentos produtivos futuros e inibe os investimentos privados.

Esse quadro poderia ser minimamente alterado pela implementação da anunciada política industrial. A prática, nesse sentido, se bem sucedida, poderia começar a colocar em perspectiva uma contribuição para a solução das barreiras externas ao crescimento, pela via de ampliação das exportações. Entretanto esse é um projeto que exige tempo de maturação. Urge implementá-lo logo. Sua fonte de financiamento seria uma parcela dos enormes saldos que se têm verificado nas transações correntes do País. Tomando essa medida, o Governo estaria buscando, ainda que de maneira tópica e tímida, solução de caráter ativo, vale dizer, não recessivo para a atual crise. Estaria, também, retomando aquele tipo de ação que, ao longo do processo brasileiro de industrialização, sempre fez avançar a economia.